

O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO SURDO E SUA INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

THE DEVELOPMENT OF DEAF STUDENTS AND THEIR INTERACTION WITH THE SCHOOL COMMUNITY IN THE FIRST YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION

Stephane Lorane Oliveira Miranda Da Silva¹
Lizandro Poletto²

RESUMO: Este artigo, tem como principal objetivo, abordar como ocorre o desenvolvimento do aluno surdo e sua relação com o ambiente escolar em que está inserido, especificamente nos anos iniciais do ensino fundamental. A partir de pesquisas de índole científica, feitas a partir de livros e artigos científicos que abrangem o tema proposto, foi possível identificar como acontece a interação do aluno surdo, professores, colegas e colaboradores, como a comunidade escolar deve agir, pensando na inclusão desse aluno e a importância de professores devidamente capacitados para auxiliar nesse progresso do aluno surdo nos anos iniciais do ensino fundamental. O presente artigo conta como referência bibliográfica, autores de livros e artigos científicos, que abordem a temática escolhida, tais como: Brasil (2002); Dorziat (2015); Faleiro; Farias (2018); Goldfeld (2002); Honora (2015); Lacerda (2006); Lodi; Lacerda (2009); Mertzani; Terra; Duarte (2020); Quadros (1997); Santos (2020); Sasaki (1999); e outros.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Interação. Aprendizagem. Surdez.

ABSTRACT: *The main objective of this article is to address how the development of deaf students occurs and their relationship with the school environment in which they are inserted, specifically in the early years of elementary school. Based on research of a scientific nature, based on books and scientific articles that cover the proposed theme, it was possible to identify how the interaction of the deaf student, teachers, colleagues and collaborators takes place, how the school community should act, thinking about the inclusion of this student and the importance of duly trained teachers to assist in this progress of the deaf student in the early years of elementary school. This article counts as a bibliographical reference, authors of books and scientific articles, which address the chosen theme, such as: Brazil (2002); Dorziat (2015); Faleiro; Farias (2018); Goldfeld (2002); Honor (2015); Lacerda (2006); Lodi; Lacerda (2009); Mertzani; Earth; Duarte (2020); Frames (1997); Saints (2020); Sasaki (1999); and others.*

Keywords: *Development. Interaction. Learning. Deafness.*

INTRODUÇÃO

O trabalho que será apresentado a seguir tem como intuito mostrar como ocorre a interação e o desenvolvimento das crianças surdas em sala de aula nos anos iniciais do ensino fundamental e como esse trabalho pode e deve ser melhorado a partir de projetos governamentais, ações educativas e o apoio dos

¹ Acadêmica concluinte do curso de Pedagogia do Centro Universitário Alfredo Nasser, no semestre 2023/1. E-mail: stephanelorane15@gmail.com

² Pós Doutor em Educação – PUC/GOIÁS; Doutor em Ciências da Religião – PUC/GOIÁS; Mestre em História – UFPR-PR; Teólogo – PUC-PR; Teólogo – PUL - Roma, Itália; Bacharel em Direito – FAN-GO; Pedagogo – ULBRA-RS; Filósofo – FBB-BA; Historiador – FAN-GO; Administrador – FAN-GO; Cientista Social – ULBRA-RS; Geógrafo – FEAC-ES; Licenciado em Educação Física – Faculdade Ideal -DF; Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos – FEAC-ES. Licenciado em Biologia – Unifaveni /SP; Licenciado em Letras – Unifaveni /SP; Professor do Centro Universitário Alfredo Nasser, Aparecida de Goiânia, GO. E-mail: lizandro@unifan.edu.br.

educadores.

É possível identificar em alunos surdos que estão inseridos nas salas de aulas dos anos iniciais do ensino fundamental, dificuldades no processo de ensino-aprendizagem e dificuldade na interação com as pessoas que fazem parte desse âmbito, como seus colegas e professores.

A partir desta reflexão podemos refletir sobre algumas questões: Como se dá o desenvolvimento do aluno surdo em sala de aula nos anos iniciais? Qual o papel da comunidade escolar no desenvolvimento e inclusão desse aluno surdo? Quais são as melhores formas de se trabalhar com esse aluno em sala de aula para um melhor desempenho acompanhando os demais colegas? Qual a importância da capacitação de professores no progresso desses alunos?

O projeto de pesquisa apresentado, tem como principal objetivo debater e desenvolver um conceito acerca do problema proposto. A pesquisa bibliográfica foi concebida a partir de estudos de documentos e autores: Brasil (2002); Dorziat (2015); Faleiro; Farias (2018); Goldfeld (2002); Honora (2015); Lacerda (2006); Lodi; Lacerda (2009); Mertzani; Terra; Duarte (2020); Quadros (1997); Santos (2020); Sasaki (1999); e outros.

1 EDUCAÇÃO DOS SURDOS: UM POUCO DE HISTÓRIA

Para entendermos como sucede o desenvolvimento do aluno surdo em sala de aula nos anos iniciais, precisamos compreender como se deu a história da educação dos surdos até os dias atuais. Saber como ocorreu a história da comunidade surda no passado, nos permite entender como chegamos na situação atual.

Segundo Nascimento (2006), a história da educação dos surdos tem seu início na Idade Antiga, quando os espartanos condenavam as crianças surdas a passarem pela mesma morte violenta que era praticada contra retardados ou deformados. A morte se dava a partir de asfixia, corte na garganta ou jogando essas crianças pelo precipício.

Ainda na antiguidade, na Roma, acreditavam que as pessoas surdas eram pessoas castigadas ou enfeitiçadas (Strobel, 2009), então essas pessoas eram abandonadas, eliminadas fisicamente (jogadas no rio Tíger). Só conseguiam

escapar, aqueles que os pais escondiam para salvá-los ou os que conseguiam sobreviver a queda do rio, mas isso, poucas vezes acontecia.

Segundo Strobel (2009, p.17), “[...] e também faziam os surdos de escravos obrigando-os a passar toda a vida dentro do moinho de trigo empurrando a manivela.” Na Grécia, eles eram considerados inválidos e causavam desconforto para a sociedade, e por isso tinham o mesmo destino que os surdos na Roma.

De acordo com Strobel (2009) já para o Egito e a Pérsia, as pessoas surdas eram consideradas como criaturas privilegiadas, enviados dos deuses, por que acreditavam que eles se comunicavam em segredo com os deuses. Eles respeitavam e tinham um sentimento humanizado, protegiam e atribuíam os surdos a adoração, ainda assim, eles não tinham vidas ativas e não recebiam educação.

O respeitado filósofo da época, Aristóteles, defendia a idéia de que, se o ser humano não possuía fala, tampouco ele poderia possuir linguagem e pensamento (Strobel, 2009). De acordo com ele a linguagem que dá ao indivíduo a condição de humano. Para ele, a intenção de ensinar ao surdo a linguagem e a fala era ilógico.

Na história que se tem conhecimento, os surdos não eram reconhecidos como humanos e como pessoas que eram aptas para pensar. Na Idade Média, os surdos não podiam receber a comunhão, eram proibidos, pois eram inaptos de confessar seus pecados. Ainda tinham leis, que proibiam essas pessoas de receberem suas heranças, de votar e de terem outros direitos que todos os cidadãos poderiam ter na época.

Segundo Honora (2015, p. 48), “nesta época, os Surdos eram privados de receberem herança, de estar em testamentos, de ter direito à escolarização e eram até proibidos de se casarem.”

“Na Idade Média, a sociedade era dividida em feudos, e a Igreja Católica exercia uma grande influência e tinha um papel fundamental na discriminação das pessoas com deficiência”. (Honora, 2015, p. 50).

De acordo com a norma da época, o homem era a imagem e semelhança de Deus, e aqueles que não atendiam a este padrão, não eram reconhecidos como seres humanos.

As pessoas surdas da época, eram recusadas por seus familiares e pela sociedade, não frequentavam reuniões de família, jantares importantes e bailes. Quase sempre moravam em casas nos fundos dos castelos e eram criadas por suas amas de leite (Honora, 2015).

“Os monges beneditinos, na Itália, empregavam uma forma de sinais para comunicar entre eles, a fim de não violarem os rígidos votos de silêncio.” (Strobel, 2009, p.19). A Igreja Católica sabendo disso, e muito preocupada com o fato de os surdos não poderem se confessar, ela convida alguns desses monges para serem interlocutores dessas pessoas surdas, mas somente aqueles que eram filhos dos senhores feudais, e em troca esses monges recebiam grandes fortunas (Honora, 2015).

Um dos monges que fez parte dessa educação para os surdos na época, foi o monge Benedito Pedro Ponce de Leon, na Espanha. Ele fundou a primeira escola voltada para os surdos, em um mosteiro localizado em Valladolid. Inicialmente ele educou através de datilologia, escrita e oralização, os irmãos Francisco e Pedro Velasco, filhos de aristocratas espanhóis. Francisco Velasco conseguiu o direito de receber a herança da família e Pedro Velasco se tornou padre, a partir da aprovação do Papa Alexandre VI.

Ponce de Leon também criou, logo depois, uma escola para a formação de professores de alunos surdos. Naquela época, a tradição a ser seguida, era a de manter em segredo os métodos utilizados na educação dos surdos, por esse motivo, não se tem registros dos métodos que Ponce de Leon utilizava, de acordo com os autores Lima e Rückert (2020).

Girolamo Cardano, que era médico e filósofo da época, afirmava que as condições das pessoas surdas não seriam impedimentos para desenvolver uma aprendizagem voltada para eles, e o melhor meio para que isso ocorresse, seria através da escrita, ele considerava muito errado não educar os surdos. Ele fazia o uso da língua de sinais e da escrita com os surdos (Honora, 2015).

Segundo Strobel (2009, p.20),

Na Espanha, Juan Pablo Bonet (1579-1623) iniciou a educação com outro membro surdo da família Velasco, Dom Luís, através de sinais, treinamento da fala e o uso de alfabeto dactilologia, teve tanto sucesso que foi nomeado pelo rei Henrique IV como “Marquês de Frenzo.

No início do século XVII, Juan Pablo Bonet, publicou o primeiro livro que apresentava o alfabeto manual dos Surdos, que se chamava *Reduccion de las letras y arte para enseñar a hablar los mudos*, que traduzido significa Redução de letras e arte para ensinar o mudo a falar. Ele defendia a proposta de ensinar o alfabeto manual para os surdos antecipadamente. (Strobel, 2009)

Na Idade Moderna, John Bulwer, um médico e filósofo inglês, publica o livro *“Chirologia e Natural Language of the Hand”*, de acordo com Strobel (2009), onde defende a preconização não só do alfabeto manual, mas também da língua de sinais e leitura labial. Ele considerava a língua de sinais universal e seus elementos constituídos icônicos. Logo depois ele publica *“Philocopus”*, onde afirma que a língua de sinais consegue expressar os mesmos conceitos que a linguagem oral.

Nessa época, da Idade Moderna, havia vários educadores para surdos, espalhados por vários países, mas tinham a ideia de oralização como principal objetivo dessa educação. Eles buscavam restaurar a fala da pessoa surda, e tentavam implantar o método oralista. A intenção era fazer com que os Surdos se comunicassem através da leitura labial e da fala, para que assim, pudessem se inteirar com o restante da sociedade que vivia naquela época.

Samuel Heinicke (1729-1790) o “Pai do Método Alemão” – Oralismo puro – iniciou as bases da filosofia oralista, onde um grande valor era atribuído somente à fala, em Alemanha. Samuel Heinicke publicou uma obra *“Observações sobre os Mudos e sobre a Palavra”*. (Strobel, 2009, p.21)

Ainda de acordo com a autora Strobel (2009), Heinicke fundou em 1778 a primeira escola de oralismo puro, na cidade de Leipzig, na Alemanha, e de início havia um total de 9 alunos na escola. Em carta enviada para L’Épée, Heinicke enfatiza que seus alunos são ensinados através de um processo fácil e lento de fala, tanto na língua pátria, como na língua estrangeira.

Na França, no final da Idade Moderna, se deu início a um ponto chave para uma mudança essencial na educação dos Surdos. O responsável por essa mudança, foi o abade francês Charles Michel de L’Épée, que ficou conhecido como “O Pai dos Surdos”, assim como cita a autora Strobel (2009, p.22):

Uma pessoa muito conhecida na história de educação dos surdos, o abade Charles Michel de L’Épée (1712-1789) conheceu duas irmãs gêmeas surdas que se comunicavam através de gestos, iniciou e manteve contato com os surdos carentes e humildes que perambulavam pela cidade de Paris, procurando aprender seu meio de comunicação e levar a efeito os primeiros estudos sobre a língua de sinais.

Ele se dedicava a educação religiosa, e por volta de 1750, ele criou um sistema de signos para ensinar os surdos pobres que viviam pelas ruas de Paris. No

início ele ensinava esses surdos em sua própria casa, combinando a língua de sinais com a gramática francesa sinalizada, que foi denominado de “sinais metódicos”.

De acordo com Strobel (2009), o método usado por L'Épée foi bastante criticado, principalmente por Heinicke, educador oralista. O trabalho que Charles fazia, dependia de recursos financeiros das famílias dos surdos e de ajuda das caridades da sociedade.

Já em 1760, L'Épée consegue fundar a primeira escola pública para os surdos “Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris” e capacitou vários professores para que esses educassem as pessoas surdas.

Importante destacar que L'Épée tornou público as fontes utilizadas como base para seu método, e publicou gratuitamente o conhecimento produzido em Paris, fazendo diferente dos educadores que vieram antes dele. Até a sua morte, em 1789, Charles conseguiu fundar 21 escolas para surdos na França e na Europa, segundo Strobel (2009).

Para Jean Marc Itard, que vivia nos Estados Unidos, os surdos poderiam ser treinados para ouvirem palavras, ele foi conhecido por seu trabalho clássico com o menino Victor “o garoto selvagem”, que foi encontrado vivendo com lobos na floresta de Aveyron, na França. Ele acreditava que a língua de sinais envolvia o estímulo de percepção de memória, de atenção e dos sentidos, afirma a autora Strobel (2009).

Ainda nos Estados Unidos, um reverendo chamado Thomas Hopkins Gallaudet, notou que uma criança que brincava em seu jardim, era rejeitada por outras crianças. Ele se comove com o acontecido, e com o fato de a criança não ter uma escola para estudar, ele pensa então na possibilidade de ter uma escola para surdos em Hartford. (Strobel, 2009).

Hopkins viaja para a França, sendo bem recebido e acolhido, e se encanta com a metodologia de língua de sinais usada pelo abade Sicard, como descreve Strobel (2009). Volta para os Estados Unidos, e traz consigo melhor aluno do “Instituto para Jovens Surdos e Mudos”, de Paris, agora professor para surdos, Laurent Clerc. Durante a longa viagem feita de volta para Hartford, Clerc aprende inglês e ensina a língua de sinais para Gallaudet.

A autora Strobel (2009), cita que Gallaudet e Clerc fundaram juntos, no ano de 1817 em Hartford, Estados Unidos, a primeira escola permanente para surdos, chamada de “Asilo de Connecticut para Educação e Ensino de pessoas Surdas e Mudas”. Como a primeira escola fundada obteve muito sucesso, isso acarretou para

a abertura de várias outras escolas localizadas nos Estados Unidos. Onde quase todos os professores utilizavam de forma fluente a língua de sinais, além de muitos serem surdos.

Em 1855, o professor surdo, com mestrado e cursos em Paris, Eduardo Huet, chega no Brasil com o consentimento do imperador D. Pedro II. A intenção era de abrir uma escola para pessoas surdas, também no Brasil.

De acordo com Strobel (2009), a primeira escola para surdos no Brasil, é fundada em 1857, no Rio de Janeiro, chamada na época de “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, e hoje “Instituto Nacional de Educação de Surdos” (INES), criada a partir da Lei nº 939 no dia 26 de setembro.

E é nesta escola que surge a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), uma mistura da Língua de Sinais Francesa com os sistemas já usados por surdos no Brasil. Em dezembro deste mesmo ano, Eduardo Huet apresenta seu trabalho para um grupo de pessoas com a participação de D. Pedro II e causa boa impressão.

Como afirma Strobel (2009), o primeiro dicionário de língua de sinais do Brasil, foi criado em 1875, por Flausino José da Gama, ex-aluno do INES. Ele publicou com o título de “*Iconographia das Signaes dos Surdos-Mudos*”.

Na Idade Contemporânea, o percurso histórico dos surdos começa no Congresso Internacional de Surdo-Mudez, em Milão – Itália, em uma conferência internacional de educadores de surdos ocorrida entre os dias 6 e 11 de setembro de 1880. (Lima; Rückert, 2020, p.12)

Em 1880, como cita os autores Lima e Rückert (2020), acontece o II Congresso Mundial de Surdos-Mudos, na Itália, em Milão, onde 54 países enviaram seus mais famosos estudiosos em Surdez, para que fosse feita uma votação onde seria escolhida a melhor forma para se educar os Surdos, de forma oral ou usando a Língua de Sinais.

No total foram 164 representantes para participar do Congresso, e desses representantes, 56 eram oralistas franceses e 66 eram oralistas italianos, ou seja, 122 representantes defendiam a forma oral como principal meio de educação para os Surdos. Apenas os representantes dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha eram contra esse método e defendiam a língua de sinais como principal meio de comunicação para os Surdos. (Lima; Ruckert, 2020).

Depois da votação, fica oficialmente proibido o uso da língua de sinais para todos os Surdos e o método a ser utilizado passaria a ser a oralização. Eles

alegavam que os Surdos tinham “preguiça” de falar, e que a língua de sinais destruíra a capacidade de fala deles.

Alexander Graham Bell, famoso inventor do telefone, foi considerado um grande inimigo dos Surdos, pois além de ser filho de uma Surda, era casado com Mabel, também Surda. Graham Bell acreditava que a Surdez era um desvio, e que os Surdos deveriam estudar com os ouvintes, não por direito, mas para evitar que os Surdos se conhecessem, se casassem, o que para ele, era um perigo para a sociedade. Criou o telefone em 1876, tentando criar um aparelho de audição para os Surdos. (Honora, 2015, p. 56).

O cientista e fonoaudiólogo Alexander Graham Bell, foi um grande influenciador no Congresso de Milão. “Ele era contra a língua de sinais argumentando que a mesma não propiciava o desenvolvimento intelectual dos Surdos.” (Strobel, 2009, p.25).

No ano de 1957, o “Imperial Instituto do Surdos-Mudos”, passou a se chamar “Instituto Nacional de Educação dos Surdos” – INES, por meio da Lei nº 3.198, aprovada pelo presidente da república da época, Juscelino Kubitschek. A professora Ana Rímoli de Faria Daoria assume a direção do INES, junto a assessoria da professora Alpia Couto. De acordo com Strobel (2009), foi proibido a língua de sinais oficialmente nas salas de aulas do instituto, só que mesmo sendo proibido, os surdos ainda utilizavam da língua de sinais para se comunicarem nos corredores e pátios.

Chegando quase na metade do século XX, um inspetor geral de Milão descreve que o aprendizado da fala e da escrita das pessoas surdas, era muito baixa, após sete, oito anos de escolarização e eles acabavam se tornando aptos a exercer somente as funções de sapateiros e costureiros.

O uso da língua de sinais só passou a ser aceito a partir de 1970, quando a Comunicação Total surgiu como uma metodologia que tinha como princípio o uso da língua oral e a sinalizada que podiam ser usadas concomitantemente. (Honora, 2015, p.57-58)

Como a autora Honora (2015) afirma na citação acima, somente após quase 100 anos é que a língua de sinais pôde ser utilizada novamente, o que prejudicou demais os Surdos daquela época, que não conseguiam se integrar a partir da forma oral, não possuindo formação alguma e optando por serviços braçais.

A partir de 1980 começam a surgir estudos referentes ao Bilingüismo, que consiste em aceitar como proposta de educação para os surdos e como principal

meio de comunicação sua língua natural, materna, a língua de sinais, e como segunda língua, a língua natural de seu país. O Bilingüismo passa então a ser aceito e utilizado por todos os educadores de Surdos, e é o mais recomendado até os dias atuais.

A educação bilíngüe vem para romper com a concepção oralista e da comunicação total e, nesse novo paradigma, não se discute somente a mudança metodológica, mas também ideológica, aceitando a língua de sinais como língua natural dos surdos (Lima; Rückert, 2020, p.14 *apud* Rosa, 2013, p. 16).

Após passarmos um olhar, sobre a história da surdez no mundo, chegamos aos nossos dias, e percebemos que o nosso, o aluno surdo em sala de aula nem sempre está incluído socialmente, tanto por quê a realidade da nossa educação brasileira não oferece intérpretes em sala de aula, pois o país tem carência de cursos de capacitações acessíveis para pessoas que tenham interesse em se formar e se qualificar na língua bilíngüe (LIBRAS e Língua Portuguesa) estando apto a função de interpretar (traduzir) as aulas curriculares de acordo com o que é cobrado na BNCC, do professor regente para o aluno surdo.

Outro fator que dificulta o desenvolvimento do aluno surdo em sala de aula, é a capacitação de professores/pedagogos que atuam nas salas dos anos iniciais, que não são oferecidos pela secretaria da educação ou governo, para que se possa ter uma comunicação entre educador/aluno.

Porém, já foi comprovado que apenas o professor regente não consegue ministrar a sua aula de maneira bilíngüe, de modo a ensinar o conteúdo para os seus alunos ouvintes, e traduzindo para a Língua de Sinais ao mesmo tempo, para seu aluno Surdo. É então, que entra a Lei nº 10.436, publicada em 2002 (Brasil 2002) e reafirmadas e explicitadas no Decreto nº 5.626 publicado em 2005 (Brasil, 2005).

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;

- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;

Desse modo, podemos ver que por direito, o aluno surdo deve ser acompanhado em sala de aula por tradutor ou intérprete de Libras, devidamente capacitado, assim como devem ser oferecidos cursos de formações na área da Libras, para os professores regentes, para que eles possam fazer um trabalho eficiente para esses alunos. E ainda, deve ser oferecido desde o ensino fundamental dos anos iniciais, o ensino da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa, segunda língua desses alunos surdos.

2 O PAPEL DA COMUNIDADE ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO DESSE ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Quando estudamos a escola, podemos logo de início concluir, que todos os colaboradores de uma rede de ensino, seja de forma direta ou indireta, tem algum contato com as crianças surdas que estão incluídas na escola e são responsáveis pelo seu ensino e aprendizagem. E cada profissional deve exercer um papel, à modo de incluir essa criança na sociedade escolar. Como descrito no seguinte trecho:

Por isso, é tão importante proporcionar ambientes educacionais que não se restrinjam à comunicação surdo-intérprete de Língua de Sinais, mas que de oportunidade de uma comunicação fluente, viva e natural, entre os colegas, o professor e os demais componentes da comunidade escolar. (Dorziat, 2015, p.359).

Na citação acima, a autora Anna Dorziat, afirma que é de extrema importância que as escolas, ofereçam aos seus alunos Surdos, um ambiente educacional que não tenha somente uma comunicação entre o surdo e o intérprete pela Língua de Sinais, mas que também, de forma fluente, vívida e natural, ocorra uma comunicação entre seus colegas, professores e integrantes desse espaço escolar.

As redes de ensinos, privadas ou públicas, especiais ou regulares, são o principal espaço onde ocorrerá o desenvolvimento de qualquer criança, seja ela ouvinte ou surda. “É um ambiente para aquisição de conhecimentos e troca de idéias.” (Silva; Silva; Yoshida, 2021, p. 4). Desse modo, essas instituições de ensino,

devem se atentar às necessidades de seus alunos, sem que haja discriminação ou exclusão.

Na educação da criança Surda, uma grande dificuldade que precisa ser encarada frequentemente está relacionada a linguagem, de acordo com as autoras Silva, Silva e Yoshida (2021). Isso só acontece, porque muitas dessas crianças surdas que ingressam nas redes escolares, não tiveram introdução a sua língua natural.

“Qualquer criança adquire a linguagem quando dispõe das oportunidades naturais de aquisição. No caso das crianças surdas filhas de pais surdos, esse processo acontece naturalmente na língua de sinais” (Quadros; Cruz, 2011, p. 15).

Ainda de acordo com as autoras, Quadros e Cruz (2011), estudos apontam que crianças surdas, aprendem as regras gramaticais de maneira muito similar às crianças ouvintes adquirindo a língua portuguesa falada.

Já as crianças surdas, filhas de pais ouvintes, no momento em que vão construir o seu processo de fala, não tem uma base linguística, pois para isso, os pais devem ter conhecimento e serem fluentes na língua de sinais, para que assim a criança possa aprender sua língua materna antes de ingressar no ensino escolar.

Como descrito por Silva, Silva e Yoshida (2021, p. 4): “No Brasil, a Libras é a língua materna da pessoa surda, ou seja, é a primeira língua com a qual ela tem contato, [...]”

É importante ressaltar que a Libras, deve ser considerada língua e não linguagem, como muitas pessoas se referem a mesma. A Língua Brasileira de Sinais, é a língua materna do Surdo.

Ela deve ser considerada como sua primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2). A pessoa Surda utilizará a Língua Portuguesa na escrita, e no processo de ensino-aprendizagem. O que chamamos de bilinguismo, que é descrito pela autora Honora (2015, p. 91):

[...] a abordagem bilíngue se propõe a educar as pessoas com surdez por intermédio de duas vertentes: a. Pela Língua Brasileira de Sinais (Libras), que é a sua língua materna por excelência (L1); b. Pela Língua Portuguesa na sua forma escrita (L2).

A Libras possui todas as suas características próprias, assim como todas as línguas, ela possui gramática, é visual e tem um domínio fácil. De acordo com Silva, Silva e Yoshida (2021), ao aprender Libras, a criança, além do desenvolvimento da

linguagem, também irá desenvolver os seus aspectos sociais, emocionais e cognitivos, permitindo que ela se insira em um mundo com uma nova língua.

Além desses aspectos, se faz necessário o que é citado pelas autoras Silva, Silva e Yoshida (2021, p. 4): “A Libras permite que, quando a criança surda tem contato com outras crianças ou até mesmo outros adultos que a usam, ela consegue desenvolver a comunicação, sem sentir rejeitada.”

O principal objetivo da língua de sinais, é que haja uma comunicação entre a pessoa surda e um interlocutor, e que isso ocorra de uma maneira natural, sem que seja necessário a presença de um intérprete a todo momento. Mas devemos ressaltar que isso não anula a função essencial do intérprete, principalmente, em sala de aula, como afirma as autoras Silva, Silva e Yoshida (2021, p. 2):

O foco da Libras é promover a comunicação entre pessoas surdas e seus interlocutores. No âmbito da sala de aula, entre esses alunos e professores sem a necessidade da presença de um intérprete. No entanto, ressalta-se, inicialmente, a importância de se ter um intérprete dentro de sala, pois em parceria com o professor, ele permite o acesso do aluno surdo ao conteúdo trabalhado.

Para que a escola se torne inclusiva e que essa criança se sinta incluída no ambiente escolar, é indispensável que todos possam comunicar de maneira fluente com esse aluno, para que assim ele possa ser compreendido e interagir com o meio escolar com mais facilidade.

Como afirma Pereira e Sousa (2018 *apud* Sasaki 2006), a inclusão oferece uma inserção total da criança. A comunicação entre todos da comunidade escolar para com a criança, utilizando-se da sua língua natural, é a maneira mais correta e coerente para que isso realmente aconteça no ambiente educacional.

“Os outros profissionais da comunidade escolar são complementos necessários para que a aprendizagem se concretize, pois o aluno não é só do professor, e sim da escola.” (Marilene; Meyer 2016 p. 7).

O conceito de escola inclusiva, dá-se a partir de uma escola em que todas as pessoas possam participar do mesmo ambiente. E para que isso aconteça, é essencial que a escola perceba e assuma a responsabilidade de fazer mudanças e adaptações para receber todo e qualquer indivíduo, sem que haja qualquer discriminação por parte da mesma.

“É dever da escola inclusiva prever a reestruturação do sistema educacional, reformular os currículos, as formas de avaliação e sempre estar apta em atender a comunidade social.” (Pereira; Sousa, 2018 p. 4).

Para que a comunidade escolar possa incluir o aluno surdo, para desenvolver um trabalho de ensino-aprendizagem em todo o espaço escolar, não somente nas salas de aulas, é importante que a gestão da escola identifique as melhores maneiras para que isso possa acontecer, assim como mencionam as autoras Marilene e Meyer (2016, p. 11):

Sabe-se que para o processo de inclusão escolar acontecer é preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que venha beneficiar toda e qualquer pessoa, com escola adaptada, pessoal preparado para trabalhar, material acessível ao aluno, melhorar e colocar em prática as leis existentes, garantindo ensino digno e de qualidade a todos.

É de interesse escolar, que se faça a mediação dessa inclusão social, que terá início na comunicação entre essas pessoas ouvintes e surdas. O correto a ser feito, é a capacitação dos profissionais e estudantes que estejam inseridos nessa escola.

Assim como cita as autoras Pereira e Sousa (2018 p. 6):

É fundamental pensar melhor uma escola onde existam professores fluentes em Libras, intérpretes, a fluência em toda parte do ambiente escolar, desde o porteiro até a merendeira, isso é uma meta que já podemos encontrar nos modelos de escolas bilíngues.

Para que isso ocorra, pode ser disponibilizado cursos de qualificação para inserir a Língua de Sinais, língua materna dos Surdos, no âmbito escolar, facilitando essa comunicação direta entre todos os componentes que são integrados nesse espaço da educação.

Tratando-se do termo inclusão, é imprescindível que essas crianças que apresentam Surdez, seja de forma leve, moderada ou avançada, se sinta incluída e acolhida pela comunidade em que ela está presente no seu dia a dia escolar. E para isso, cabe a gestão escolar e profissionais da educação exercentes nessa escola, que auxilie os seus alunos e pessoas que circulam nesse lugar, sobre a importância dessa inserção.

Assim como relata as autoras Pereira e Sousa (2018, p.5), “[...] pois o que se deseja não é apenas a integração, mas a inclusão pela qual os estudantes possam obter conhecimento sem restrições por meio de uma inserção total.”

Para que a sala de aula se torne um lugar inclusivo para esse aluno, deve-se sempre ter um intérprete para acompanhamento e intervenção do conteúdo para o aluno Surdo e a capacitação dos professores regentes, para que eles façam uma comunicação direta com seus alunos, de forma a se tornar mais tranquila essas aulas e realizar a inclusão social entre eles.

De acordo com Honora (2015), deve-se colocar esses alunos sempre sentados nas cadeiras disponíveis à frente e ao meio, contendo 1 metro de distância, se preocupando com seus aspectos físicos, onde ouve-se menos de 6db, e permanecer longe das barras arquitetônicas.

Pensando em meios pedagógicos, que ajudem na compreensão do que está sendo estudado pelos demais alunos ouvintes. O professor pode pensar na inserção de atividades lúdicas pensadas na Surdez e adaptadas em Libras, como músicas, atividades manuais escritas, vídeos, brincadeiras e história.

É importante também o que a autora ressalta:

No caso de a escola ter mais de um aluno com surdez no mesmo ano escolar, é adequado que fiquem matriculados na mesma sala de aula, com a presença do intérprete de Libras. Esta aproximação de dois ou mais alunos com surdez na mesma sala de aula garante a afirmação da Identidade Surda e a troca de dúvidas e conhecimento. (Honora, 2015, p. 87).

A autora afirma que se na escola houver mais de um aluno surdo, é importante que sejam matriculados na mesma sala de aula, tendo a companhia de um intérprete de Língua de Sinais. E concorda que essa proximidade irá garantir a afirmação da Identidade Surda e a troca de indagações e conhecimentos entre eles.

Assim como, a interação e comunicação entre seus colegas ouvintes, para que assim haja uma troca de informações nesses momentos de conteúdos ministrados em sala de aula pelo professor.

A participação dos pais e da família também se faz necessário nesse processo de inclusão, essa participação dos familiares ajudará para que essa criança surda tenha sucesso no âmbito escolar, exemplifica as autoras Marilene e Meyer (2016).

É indispensável que ocorra essa parceria entre família-escola, para que esse aluno tenha êxito no seu processo ensino-aprendizagem vivenciado no ambiente educacional.

[...] a participação da família é indispensável, devendo estar em constante interação com a escola para que assim se possibilite que haja uma aprendizagem mais significativa, na qual o aluno surdo possa se

desenvolver tanto cognitivamente quanto socialmente. (Partelli; Mengales, 2017, p. 5).

Como já vimos, é de extrema importância, que esse processo de inclusão seja feito em conjunto, com a participação da sociedade escolar e da família, porém, também é imprescindível que haja interesse e comprometimento por parte do aluno Surdo.

Como descrito por Pereira e Sousa (2018, p. 4):

Na compreensão da escola inclusiva é importante que o estudante esteja unido ao grupo, fazendo sua parte e tendo meios de apropriar-se dos conhecimentos, desfrutar das oportunidades de aprendizagem ofertadas, participando de fato de todas as atividades, sem discriminação.

Desse modo, podemos ver melhorias que devem ser incrementadas e ações que a serem realizadas pela comunidade escolar, pela família e também pelo educando, para que esse processo inclusivo ocorra da melhor maneira possível.

3 A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA O TRABALHO COM O (A) ALUNO (A) SURDO (A)

A formação de professores que tem alunos inclusivos em sala de aula, é regulamentado por leis, essas leis asseguram que esses alunos tem direito a terem professores capacitados em sala de aula, para instruí-los da melhor maneira possível.

Mas isso nem sempre acontece, como cita Ferreira et al, (2021, p.5):

Embora o artigo 59 da LDB 9.394/96, em seu inciso III, determine que os sistemas de ensino devam assegurar “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 44), essa formação ainda está longe de existir.

Muitos professores que tem alunos surdos inclusos na sala de aula, se queixam que não estão preparados o suficiente e não tem uma formação adequada para instruir seu aluno surdo. Essa ausência de preparo, gera dificuldades de comunicação e insucesso na aprendizagem dessas crianças, assim como afirma as autoras:

Sem dúvida nenhuma o profissional da educação deve ter conhecimento em práticas inclusivas para desenvolver um trabalho acessível e adequado ao aluno inclusivo, pois ele é o eixo principal para que aconteça a aprendizagem, independente se é ou não especial, compete a esse profissional desenvolver habilidades para aquisição do conhecimento. (Marilene; Meyer, 2016, p. 7)

Como cita Sousa (2021), a função de educar requer do professor, atitude de coragem e ousadia, que excedem a comunicação e o encontrar com o aluno. É algo que necessita de um olhar observador, reflexivo e com um cuidar especial.

Para a autora, para que o educador consiga desempenhar tal atividade, é essencial que se tenha uma boa formação.

Segundo Sousa (2021, p.17) “Para exercer tal função, é preciso que o educador tenha uma boa formação e esteja apto para compreender a situação, o nível de desenvolvimento que o educando se encontra, assim como suas singularidades e necessidades”.

“O papel do professor é de grande relevância pois o crescimento social das crianças, depende muito de como acontece a relação professor e aluno dentro de sala de aula, [...]” (Azevedo; Alencar, 2020, p. 15).

De acordo com a citação das autoras, o professor é uma figura de muita importância, e a relação professor e aluno dentro da sala de aula, influencia diretamente no desenvolvimento social dessas crianças.

O professor é a pessoa que mais tem influência na execução da educação inclusiva dentro das escolas. Partindo desse fato, é extremamente essencial que o professor esteja qualificado, tenha uma formação continuada e de qualidade, elabore saberes variados, e que tenha também uma postura considerável e significativa.

Compreendemos ser o professor um dos indivíduos mais essenciais na implementação de uma Educação inclusiva. Nesse sentido para subsidiar que esta aconteça, é importante que o educador se qualifique, tenha uma boa formação, construa saberes diversificados para adotar uma postura ativa e significativa, de modo a realizar uma prática consciente, adequada, para alcançar efeitos proveitosos, benéficos, e dessa forma, preparar, guiar, delinear sua atuação educativa. (Sousa, 2021, p. 17)

Concretizando essas atitudes, e realizando sua docência de maneira correta e consciente, o educador poderá ter êxito em seu trabalho, alcançando resultados bons e benéficos para seus alunos inclusos.

Uma formação adequada trará ao professor conhecimento específico em relação aos seus alunos inclusos, conhecendo as especificidades de cada um, possibilitando um desempenho satisfatório e crucial para eles, tornando-os sujeitos independentes, dispostos e preparados para conviverem em sociedade, afirma a autora Sousa (2021).

A formação continuada, também se faz necessária, para que o professor possa trabalhar metodologias inovadoras e específicas com seu aluno surdo, incluindo-o sem nenhuma distinção, e assim priorizando um ensino que atenda a todos, sem exclusões. Desse modo, se faz necessário que o educador faça modificações e adaptações, em seus planos e metodologias.

Assim sendo, a formação contínua do professor se faz essencial, pois por meio dela o referido poderá adquirir subsídios para conduzir seu alunado de maneira inovadora, facilitando a dissolução dos obstáculos da sua sala de aula e retirando qualquer aspecto referente à integração, [...] (Sousa, 2021, p. 18).

O professor que tem alunos surdos inclusos em sala de aula, também deve utilizar recursos pedagógicos, principalmente visuais, indo de acordo com a necessidade e especificidade de cada um, para que esses recursos possam ser um suporte essencial nesse processo de ensino-aprendizagem, como citado por Sousa (2021).

Além da formação continuada, dessa busca por novos métodos e recursos a serem utilizados na sala de aula, com a intenção de se incluir o aluno surdo e transmitir o conteúdo ministrado em sala de aula, é importante que seja feita uma comunicação considerável entre professor e aluno incluso.

Essa comunicação deve ser realizada através da língua natural do aluno surdo, a Libras. Na formação continuada, não se deve ter apenas conteúdos voltados para recursos e metodologias em sala de aula, mas também para a compreensão e utilização correta da Língua Brasileira de Sinais, para que o professor consiga se comunicar de maneira natural com seu aluno.

É importante que essa comunicação seja feita através da Libras, pois ela faz parte de sua cultura e identidade Surda, ela os ajuda também a se expressar e entender o mundo ao seu redor, como citado por Silva *et al* (2018, p. 3-4): “Sabe-se como a língua de sinais é importante para eles, pois através dela eles conseguem se expressar e compreender o mundo a sua volta.”

Como citado anteriormente neste artigo, o aluno surdo no seu processo de ensino-aprendizagem, deve utilizar do método bilingue, em que se utiliza a Língua Brasileira de Sinais como sua primeira língua, como fonte de comunicação entre surdos-surdos e surdos-ouvintes e a Língua Portuguesa como sendo sua segunda língua, utilizando-a na escrita e leitura.

Assim como ressalta a autora Honora (2015): “O objetivo principal é que o aluno possa fazer uso da Língua Portuguesa na sua forma escrita (na escrita e na leitura) de maneira efetiva e com bom entendimento.”

Desse modo, é essencial que o professor que tenha um aluno surdo em sala de aula, se comunique com ele de maneira direta, utilizando a Libras, e ministre a sua aula normalmente, fazendo uso da Língua Portuguesa, com a ajuda de um intérprete presente em sala de aula.

Para que haja uma comunicação e uma socialização entre aluno surdo e professor, é indispensável que esse professor faça cursos de capacitação para utilização da língua gestual, conhecida como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), intitulada como língua oficial brasileira, é reconhecida pela Lei nº 10.436, já citada neste artigo.

De acordo com a Lei nº 10.436, capítulo II, art. 3º, diz o seguinte:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Como já citado anteriormente, o professor deve sempre buscar se especializar, e pensando na comunicação entre educador e aluno, isso não seria diferente. A autora Honora (2015), afirma que uma pessoa demora cerca de 3 anos para conseguir se comunicar utilizando a Libras.

O professor deveria se inscrever em um curso de libras antes de o aluno com surdez chegar à sua sala de aula. Uma pessoa demora em média 3 anos para aprender a se comunicar na Língua Brasileira de Sinais. (Honora, 2015, p. 119).

Porém, mesmo havendo essa capacitação incluída nos cursos de formação dos professores inseridos em sala de aula, essa comunicação não ocorre de maneira fluente. Por isso é que se deve ter uma formação continuada desses professores, assim como eventos, palestras e outros, que incentivem esses

professores a pensarem na inclusão desses alunos introduzidos em sua sala de aula.

Mesmo que seja de grande importância que o professor se especialize na Língua Brasileira de Sinais, para se comunicar diretamente com seu aluno surdo, não é obrigação do professor ser totalmente fluente nessa língua e nem traduzir todo o conteúdo oferecido em sala de aula para esse aluno, essa função está direcionada para o intérprete de libras que deve acompanhar o aluno surdo na sala de aula.

Para que a inclusão se concretize é fundamental o conhecimento em LIBRAS por todas as pessoas que fazem parte desse processo para facilitar a comunicação entre ambos, porém o professor não é obrigado a dominar a língua de sinais, essa tarefa compete ao intérprete, que faz a conexão. (Marilene; Meyer, 2016, p. 11).

Importante ressaltar que é de responsabilidade total do professor regente, o conteúdo de sua aula, o intérprete apenas traduz o assunto que está sendo abordado no conteúdo.

O professor precisa se atentar de que o intérprete, não pode fazer o papel de educador do aluno surdo, essa atribuição está voltada totalmente para o professor regente. Assim como também, o intérprete precisa estar ciente da função de ser um comunicador entre todos da sala de aula.

Afirma Gonçalves e Festa (2013, p.4):

Em sala de aula, o intérprete precisa ter a consciência de que ele não assume o papel do professor regente e em situações relacionadas com o ensino-aprendizagem do aluno Surdo, precisa remeter-se ao professor, cumprindo com excelência a mediação comunicativa em sala de aula.

O aluno surdo tem direito a ter um intérprete em sala de aula, que traduza os conteúdos passados pelo professor, para a turma que esse aluno esteja incluído. Quanto ao papel do intérprete, o Intérprete irá mediar a comunicação entre o surdo, professores e colegas através da Libras, que possibilita a interação de ambos.

A garantia da contratação do intérprete e inserção dele na sala de aula das redes privadas, é de total domínio da escola privada, não podendo acrescentar nenhum valor à mensalidade paga pelos pais. Já nas escolas públicas, essa responsabilidade é da diretoria de ensino, prefeitura ou governo. E caso ainda assim, na escola pública, o aluno surdo não tenha acompanhamento pelo intérprete, os pais têm direito a recorrer ao Ministério Público, afirma Moreira (2023).

E para que esse trabalho seja feito de maneira eficaz, é importante que o professor e o intérprete caminhem juntos para propiciar um ensino inclusivo para esse aluno surdo, de modo que ele tenha uma boa interação e desenvolvimento. Eles devem pensar em abordagens e materiais que irão auxiliar esse aluno surdo em seu processo de ensino-aprendizagem.

É inegável que: o roteiro e os caminhos de atuação em sala de aula devem ser interativos não apenas no que se refere ao aluno e ao professor, mas inclui o Intérprete, visto que ele não é apenas um elemento facilitador de comunicação, mas a chave para que a comunicação se estabeleça. Assim, é necessário que sua parceria com o professor seja consistente o suficiente para que os objetivos sejam alcançados. (Fernandes, 2003, p. 85 *apud* Santos, 2022, p. 64).

Devemos pensar no quão os alunos ouvintes são apegados com seu primeiro ou primeiros educadores nos anos iniciais, e não poderia ser diferente para as crianças surdas e partindo disso, temos mais certeza ainda do quão é importante essa interação entre o professor e seu aluno Surdo.

Deve-se incluir esses alunos e acima de tudo acolhê-los, melhorando seu desenvolvimento e proporcionando melhores condições cognitivas, emocionais e psíquicas. Desse modo, é possível sim que haja um desenvolvimento viável e prazeroso para essa criança, tornando maiores as chances, de que essa irá ter uma formação superior, garantindo-lhe seu futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, teve como principal objetivo, compreender um pouco da história da educação dos surdos, iniciando na Antiguidade, passando pelas Idades Média e Moderna, chegando na Idade Contemporânea.

Durante esse processo, a educação passou por fases, essas fases são: exclusão, segregação, integração e inclusão. Na exclusão (primeira fase), o surdo era totalmente excluído da sociedade, podendo serem impedidos de se casarem e receberem heranças familiares, se tornando escravos e muitas vezes, mortos de maneira violenta.

A segunda fase é a segregação, em que os Surdos passam a serem educados, mas em locais diferentes, afastados dos alunos ditos “normais”. Terceira

fase é a integração, onde os alunos surdos são inseridos em escolas junto com as crianças sem deficiência, porém precisavam se adaptar ao meio.

E por fim, a inclusão (quarta fase), onde o meio e as pessoas que convivem nele, devem se adaptar para a chegada e permanência desse aluno surdo.

Pensando no termo inclusão e no aluno surdo, é de extrema importância que a comunidade escolar se integre quanto a isso. Pensando em uma comunicação ativa com esse educando surdo, que traga um ambiente adaptado e acolhedor, de modo que ele possa interagir e ser compreendido pelo meio escolar com mais facilidade. Para isso, a escola deve oferecer mudanças e adaptações, pensando na inserção desse aluno surdo.

A escola pode oferecer também, cursos de capacitação em na Língua Brasileira de Sinais, para todos que fazem parte da escola, pensando na comunicação com o aluno surdo, utilizando sua língua natural, a Libras, priorizando sua cultura e identidade Surda.

No artigo também é abordado, que a criança surda deve ter um intérprete em sala de aula, que irá traduzir os conteúdos passados pelo professor, também mediando a comunicação entre o Surdo, professor e colegas, utilizando sempre a Libras e possibilitando uma relação adequada entre todos.

Deve existir uma parceria entre o intérprete e o professor em sala de aula, havendo trocas de recursos e ideias, construindo abordagens que irão auxiliar esse aluno em seu processo de ensino-aprendizagem, alcançando assim os devidos objetivos.

O professor deve se comunicar com seu aluno através da Libras, mas além dessa comunicação essencial, é importante que o educador busque uma formação adequada e de maneira continuada, para que ele possa compreender e atender as necessidades do seu aluno, trazendo recursos e abordagens específicas.

Esse tema foi escolhido e pensado, a partir do pressuposto que, essas crianças deixam de ter uma formação com ensino de qualidade e futuramente um interesse pela formação acadêmica, por falta de estruturas, cumprimento de leis e ações de órgãos governamentais e educacionais, sejam públicos ou privados, para garantir uma educação de qualidade.

É dever exclusivo da sociedade e da educação que isso seja realizado e se tenha um início imediato, pensando na má qualidade de ensino em que muitos desses alunos precisam enfrentar.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Luciene Ferreira; ALENCAR, Rosy Mikaely Gomes. A importância do ensino da Língua Brasileira De Sinais - (LIBRAS) para educação infantil e formação dos professores das séries iniciais. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 5648-5671, 2021.

BRASIL. **Lei nº10.436/2002, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: L10436 (planalto.gov.br) Acesso em: 05 de maio 2023..

DORZIAT, Ana. Educação de surdos em tempos de inclusão. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 52, 351-363, 2015. Disponível em: Redalyc.Educação de surdos em tempos de inclusão. Acesso em: 20 de mar. de 2023.

FALEIRO, Wender; FARIAS, Magno. **Interação família-escola no desenvolvimento do aluno surdo**. Disponível em: Interacao_familia-escola_no_desenvolvimento_do_alu.pdf. Acesso em: 13 de mar. de 2023.

FERREIRA, Michele *et al.* A importância da formação docente para a inclusão do aluno surdo na rede pública de ensino. **Revista Ibero – Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE**, São Paulo, v.7, n. 9, set. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/nathj/Downloads/a-importancia-da-formacao-docente-para-a-inclusao-do-aluno-surdo-na-rede-publica-de-ensino.pdf . Acesso em: 12 abr. 2023.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GONÇALVES, Humberto Bueno; FESTA, Priscila Soares Vidal. Metodologia do professor no ensino de alunos surdos. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET**, p. 1-13, 2013.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2015.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A Inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. Cedes**. Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBNBcFc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 mar. 2023.

LIMA, Carlos Roberto de Oliveira; RÜCKERT, Fabiano Quadros. A ve(o)z do povo surdo: do historicismo à história cultural. **Revista Primeira Escrita**, Aquidauana, v.7, n.1, p. 7-19, 2020.

LODI, Ana Claudia Balieirp; LACERDA, Cristina Brofia Feitosa de. **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

MARILENE, Domanovski; MEYER, Vassão Adriane. A importância da Libras para inclusão escolar do surdo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**, 2016. Curitiba: SEED/PR., 2018. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_unicentro_marilenedomanovski.pdf Acesso em 07 abr. 2023.

MERTZANI, M.; TERRA, C. L.; DUARTE, M. A. T. **Currículo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS):** componente curricular como primeira língua. Rio Grande: Editora da FURG, 2020.

MOREIRA, Paula Pfeifer. Direitos do aluno com deficiência auditiva. **Crônicas Da Surdez**, abr. 2023. Disponível em: <https://cronicasdadasurdez.com/direitos-aluno-com-deficiencia-auditiva/> . Acesso em: 19 abr. 2023

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro. Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier. **ETD - Educação Temática Digital, [S. l.]**, v. 7, n. 2, p. 255–265, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/807> Acesso em: 21 fev. 2023.

PARTELLI, Isabela Borgo; MENGALES, Râyni Maíki Soares. **Família e escola na aprendizagem do aluno surdo**. 21 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade Capixaba de Nova Venécia, Espírito Santo, 2017. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/familia-e-escola-na-aprendizagem-do-aluno-surdo.pdf> . Acesso em: 10 abr. 2023.

PEREIRA, Larissa Evelin da Conceição; SOUSA, Wilma Pastor de Andrade. **Inclusão de crianças Surdas dos anos iniciais do ensino fundamental**. Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2018. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39399/2403144/PEREIRA%3B+SOUSA+-+2019.1.pdf/8320d506-68b2-4722-9477-6d3344b09427> . Acesso em: 11 abr. 2023.

PREATO, Dânei de Oliveira *et al.* Inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 9, set. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/admin,+ART.+722+BJD.pdf> . Acesso em: 10 abr. 2023.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: a aquisição da Linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de; CRUZ, Carina Rebello. **Língua de sinais: instrumento de avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SANTOS, Gabriella Cristina de França Silva. **O professor tradutor/intérprete de libras e o trabalho colaborativo com o professor regente no processo de ensino ao aluno surdo**. 111 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em:

https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/47110/1/Professortradutorinterprete_Santos_2022.pdf . Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTOS, Josy Kelly Cassimiro Rodrigues do. **A relevância do ensino de libras nos anos iniciais do ensino fundamental: desconstruindo alguns mitos.** 28 f. Trabalho de conclusão de curso de especialização. (Especialização em Libras) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Patos, 2020.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, Gabryella Alves da; SILVA, Josikelly Viana de Viveiros; YOSHIDA, Gláucia. Inclusão da Libras como Disciplina no Ensino Fundamental. **Revista Científica BSSP.** Goiânia, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <rcbssp-2-2-1.pdf> (<revistacientificabssp.com.br>). Acesso em: 19 fev. de 2023.

SILVA, Isabela França da *et al.* Comunicação: um desafio enfrentado por alunos surdos no ensino regular. In: V CONEDU Congresso Nacional da Educação, 2018, Arapiraca. **Anais...** Alagoas: UFAL, 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA11_ID11100_16092018161018.pdf . Acesso em: 10 abr. 2023.

SOUSA, Jaquelyne de Lacerda. **Desafios e reflexões na prática docente: perspectivas de professores frente à inclusão de alunos surdos.** 46 f. Dissertação de Mestrado – Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Da Paraíba, Pombal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1276> . Acesso em: 30 mar. 2023.

STROBEL, Karin Lilian. **História da educação de Surdos.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificahistoriaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf . Acesso em 29 mar. 2023.